



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 001
Nº de Inscrição: MODELO
Nº do Caderno: TIPO-001

Nº do Documento: 0000000000000000
ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA
Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

Conhec. Básicos / Conhec Específicos / Discursiva-Redação
Cargo ou opção A01 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
Tipo gabarito 1

001 - A	011 - B	021 - E	031 - A	041 - D	051 - E	061 - A
002 - E	012 - C	022 - D	032 - B	042 - A	052 - E	062 - A
003 - D	013 - D	023 - E	033 - D	043 - A	053 - B	063 - C
004 - A	014 - A	024 - B	034 - E	044 - B	054 - E	064 - B
005 - C	015 - E	025 - C	035 - E	045 - E	055 - D	065 - B
006 - C	016 - A	026 - D	036 - D	046 - E	056 - D	066 - A
007 - D	017 - B	027 - E	037 - C	047 - D	057 - B	067 - B
008 - E	018 - C	028 - B	038 - D	048 - C	058 - E	068 - C
009 - A	019 - C	029 - A	039 - C	049 - B	059 - A	069 - D
010 - B	020 - D	030 - A	040 - A	050 - D	060 - C	070 - C



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

A coletânea de aforismos que constituem os dois volumes de Humano, demasiado humano, considerado o marco inicial do segundo período da produção de Nietzsche, é um ajuste de contas definitivo com as ideias fundamentais do sistema filosófico de Schopenhauer.

Dedicando o livro à memória do filósofo francês Voltaire e escolhendo como epígrafe uma citação de René Descartes, Nietzsche já o insere simbolicamente na tradição da filosofia das Luzes, caracterizada pela confiança no poder emancipatório da ciência, em seu triunfo contra as trevas da ignorância e da superstição. Não por acaso, portanto, a obra tem como subtítulo Um livro para espíritos livres.

Se, para o jovem Nietzsche, era a arte – e não a ciência – o que constituía a atividade metafísica do homem, em Humano, demasiado humano ela é destituída desse privilégio. Fazendo uma referência velada a pressupostos fundamentais da filosofia de Schopenhauer, dos quais partilhara, Nietzsche toma agora o cuidado de se afastar criticamente deles. “Que lugar ainda resta à arte? Antes de tudo, ela ensinou, através de milênios, a olhar com interesse e prazer a vida, em todas as suas formas. Essa doutrina foi implantada em nós; ela vem à luz novamente agora como irresistível necessidade de conhecer. O homem científico é o desenvolvimento do homem artístico”.

Se, para o jovem Nietzsche, o aprofundamento do conhecimento científico conduzia à proliferação de um saber erudito e estéril, que sufocava a vida, para o Nietzsche do período intermediário o conhecimento científico torna livre o espírito.

Pouco mais tarde, Nietzsche aprofundaria seu novo entendimento relativo ao papel da ciência e à oposição entre esta e a arte. Contrapondo-se àqueles que valorizam apenas a imaginação e as obras-primas do disfarce estético, o filósofo afirma: “eles pensam que a realidade é horrível; contudo, não pensam que o conhecimento até da mais horrível realidade é belo, do mesmo modo que aquele que conhece bastante e amiúde está, por fim, muito longe de considerar horrível o grande todo da realidade, cuja descoberta lhe proporciona sempre felicidade. A felicidade do homem do conhecimento aumenta a beleza do mundo”.

(Adaptado de: GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Nietzsche. São Paulo, **Publifolha**, 2000, p. 42-46)

1. De acordo com o texto,
 - (A) em *Humano, demasiado humano*, Nietzsche afasta-se das ideias propostas por Schopenhauer, com as quais havia se identificado anteriormente, e aponta para o poder de libertação proporcionado pelo conhecimento científico.
 - (B) o subtítulo da coletânea de aforismos escrita por Nietzsche permite pressupor que nesta obra valoriza-se antes a liberdade de imaginação do artista, tido como o arauto da civilização moderna, do que os princípios da ciência.
 - (C) ao afirmar que o jovem Nietzsche considerava pouco profícuo o acúmulo de conhecimento científico, em oposição ao caráter produtivo da estética, o autor do texto estabelece um juízo de valor a respeito da ingenuidade do filósofo.
 - (D) a doutrina mencionada no 3º parágrafo, que Nietzsche considera ter sido “implantada em nós”, refere-se à crença no poder do conhecimento científico, em conformidade com os pressupostos do pensamento de Schopenhauer, contra os quais se opôs abertamente.
 - (E) desenvolvido tardiamente, o entendimento de Nietzsche sobre a importância da ciência para a felicidade do homem leva-o à condenação precipitada do caráter ilusório da arte, esta que, para o autor do texto, representa o belo edificante em oposição aos horrores da realidade.

2. Sem prejuízo para o sentido estabelecido no segmento e a correção gramatical, o elemento sublinhado em ... contudo, não pensam que o conhecimento até da mais horrível realidade é belo... (último parágrafo) pode ser substituído por
 - (A) muito embora.
 - (B) conquanto.
 - (C) porquanto.
 - (D) por conseguinte.
 - (E) todavia.



3. ... ela é destituída desse privilégio. (3º parágrafo)
... e à oposição entre esta e a arte. (último parágrafo)

Os pronomes sublinhados acima retomam, respectivamente, os seguintes elementos:

- (A) a arte – a imaginação
(B) a ciência – a realidade
(C) a atividade metafísica – a realidade
(D) a arte – a ciência
(E) a atividade metafísica – a imaginação

4. ... o que constituía a atividade metafísica do homem... (3º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo do da frase acima está em:

- (A) que sufocava a vida
(B) aprofundaria seu novo entendimento
(C) que valorizam apenas a imaginação
(D) dos quais partilhara
(E) ela é destituída desse privilégio

5. Mantendo-se a correção, o elemento sublinhado em *pressupostos fundamentais da filosofia de Schopenhauer*, dos quais partilhara (3º parágrafo) pode ser substituído por:

- (A) aos quais interagira
(B) a que havia adotado
(C) com os quais havia concordado
(D) de que se incluía
(E) nos quais havia compartilhado

6. O elemento sublinhado pode ser corretamente substituído pelo que se encontra entre parênteses em:

- (A) conduzia à proliferação de um saber erudito (à uma difusão)
(B) Fazendo uma referência velada a pressupostos fundamentais (à ideias)
(C) relativo ao papel da ciência (à função)
(D) Contrapondo-se àqueles que valorizam (à quem)
(E) cuja descoberta lhe proporciona (à qual)

7. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses, o verbo que deve ser flexionado no plural está em:

- (A) Que lugar ainda resta à arte (aos artistas)?
(B) Nietzsche já o (os) insere simbolicamente na tradição da filosofia das Luzes...
(C) ... cuja descoberta lhe (lhes) proporciona sempre felicidade.
(D) A felicidade (As alegrias) do homem do conhecimento aumenta a beleza do mundo.
(E) ... o aprofundamento do conhecimento científico (das doutrinas científicas) conduzia à proliferação...

8. A frase escrita com correção e clareza está em:

- (A) A vontade que impulsiona o homem, do ponto de vista de Nietzsche, não pode ser, como Schopenhauer o fizera, entendido, como um ímpeto cego, desprovido de finalidade.
(B) Por meio de seu pensamento filosófico, desafios e questões da atualidade são antecipadas por Nietzsche, cuja ambição é determinar, a situação do homem moderno.
(C) Nietzsche investiga à fundo o campo da moralidade e da religião, com o intento de examinar a base sobre a qual erigiu-se os edifícios éticos da tradição ocidental.
(D) Apresenta-se de forma dramática, em *Assim falou Zaratrusta*, as experiências do personagem que dá título à obra, na qual se combina variados elementos de gênero e estilo.
(E) Para Nietzsche, a moderna sociedade de massa se caracterizaria pela tendência ao nivelamento e à uniformização, que levaria ao conformismo e à mediocridade.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere a entrevista abaixo com o historiador e professor Leandro Karnal.

1. Até que ponto o fracasso é culpa do indivíduo?

Leandro Karnal – Hoje existe um discurso dominante de que tudo o que acontece nas nossas vidas depende das nossas escolhas. Teorias de diversas naturezas, da religião à psicanálise, contrariam essa tese. Não somos tão racionais, nossas escolhas não nascem de uma liberdade plena e o acidente tem um papel maior do que imaginamos. Tenho usado em minhas palestras duas noções desenvolvidas por Nicolau Maquiavel: a “virtù”, o conjunto de habilidades e competências que nascem comigo e que posso desenvolver, e a “fortuna”, que significa o acaso, o inesperado. Ninguém é tão divino (só “virtù”) e nem tão suscetível às circunstâncias (pura “fortuna”). Faz diferença a escolha do indivíduo. Mas nem sempre esse indivíduo lida com uma lógica absoluta, ele faz sua escolha dentro do possível.

2. De que forma o autoconhecimento pode ajudar uma pessoa que está vivendo uma fase ruim na carreira?

Leandro Karnal – Se você olhar para si mesmo com honestidade, se encarar o retrato terrível da Medusa, que é o seu lado difícil, tem a primeira chance de superá-lo. É o que diz a máxima “conhece a ti mesmo”, que funda a filosofia de Sócrates. É preciso investigar a si mesmo para perceber que você também tem falhas. Desse modo, fica mais fácil diminuir o efeito das fraquezas. Por outro lado, conhecer a si mesmo também é conhecer o que há de bom em mim mesmo e aquilo que me traz bem-estar. É comum ver pessoas que dizem que a carreira é tudo para elas, mas sofrem de gastrite no domingo à noite. Não sabem o que realmente querem. Há pessoas que adoram atividades repetitivas. Outras são viciadas em desafios. Eu preciso saber do meu perfil. Não posso contrariar permanentemente a minha natureza.

3. A morte do sociólogo Zygmunt Bauman reacendeu o debate sobre a deterioração das relações humanas na era da internet. Redes sociais geram uma falsa ideia sobre o sucesso alheio?

Leandro Karnal – Toda tecnologia é neutra, tudo depende do que fazemos com ela. Vivemos na sociedade do espetáculo, em que toda a atenção é voltada para a imagem. Precisamos entender que tudo que se publica nas redes sociais é de autoria de um roteirista. É alguém construindo uma imagem.

(Disponível em: exame.abril.com.br. Com adaptações)

9. Depreende-se corretamente da entrevista:

- (A) Diversas teorias questionam a tese de que somos inteiramente responsáveis por nossas escolhas, com base na ideia de que estas não são feitas de modo completamente lógico e racional.
- (B) A imagem *terrível da Medusa* foi usada por Karnal com o intuito de exemplificar de forma metafórica as condições adversas e imprevisíveis que atingem as pessoas em certas ocasiões.
- (C) Para Karnal, a moderna tecnologia da comunicação deteriora as relações interpessoais, na medida em que não se pode confiar nas informações publicadas nas redes sociais, consideradas obras fictícias de um “roteirista”.
- (D) Karnal lança mão dos conceitos de “virtù” e “fortuna”, assinalando que o êxito profissional depende do esforço individual e da capacidade que alguns possuem de fazer escolhas racionais, ainda que diante de circunstâncias adversas.
- (E) A referência à máxima de Sócrates, “conhece a ti mesmo”, foi usada, no contexto, como crítica a pessoas que não planejam a carreira e dedicam-se, sem objetivo definido, a ocupações com que depararam ao acaso.

10. Está INCORRETO o que se afirma a respeito do texto em:

- (A) No segmento *É o que diz a máxima “Conhece a ti mesmo”, que funda a filosofia de Sócrates*, a vírgula pode ser substituída por travessão, sem prejuízo da correção e da clareza.
- (B) A substituição do segmento sublinhado em *É comum ver pessoas que dizem que a carreira é tudo* por “dizendo” confere mais formalidade ao nível de linguagem do texto.
- (C) O elemento sublinhado em *Desse modo, fica mais fácil aceitar e diminuir o efeito das fraquezas* pode ser substituído por “Assim”, sem prejuízo do sentido original.
- (D) A palavra “natureza” foi usada com o sentido de “soma de traços principais” na frase *Não posso contrariar permanentemente a minha natureza*.
- (E) Na frase *Vivemos na sociedade do espetáculo, em que toda a atenção é voltada para a imagem*, o elemento sublinhado pode ser substituído por “na qual”, sem prejuízo das relações de sentido estabelecidas no texto.

11. ... tudo que se publica nas redes sociais é de autoria de um roteirista. (final da entrevista)

O pronome sublinhado acima também se encontra sublinhado na frase:

- (A) Segundo a psicanálise, se você sente dor pela felicidade do outro, tal sentimento revela algo sobre o seu próprio desejo.
- (B) Sabe-se que os momentos de crise oferecem oportunidades de transformação e aprendizado.
- (C) A geração atual parte do princípio de que a vida só é plena se oferece a oportunidade de publicação de fotos felizes nas redes sociais.
- (D) Algumas pessoas só ficam satisfeitas se podem enfrentar situações desafiadoras rotineiramente.
- (E) Segundo a crença na liberdade do indivíduo, se você acreditar que é um vencedor, certamente irá vencer.



12. Há pessoas que adoram atividades repetitivas. Outras são viciadas em desafios.

Considerando-se a correção gramatical e as relações de sentido estabelecidas no texto, as duas frases acima podem ser articuladas em um único período do seguinte modo:

- (A) Há pessoas que adoram atividades repetitivas; outras, por conseguinte, são viciadas em desafios.
- (B) Conquanto houvessem pessoas que adoram atividades repetitivas, outras seriam viciadas em desafios.
- (C) Há pessoas que adoram atividades repetitivas, ao passo que outras são viciadas em desafios.
- (D) À medida que há pessoas que adoram atividades repetitivas, muito embora outras sejam viciadas em desafios.
- (E) Há pessoas que adoram atividades repetitivas; visto que outras são viciadas em desafios.

13. A pontuação está plenamente adequada na seguinte redação alternativa para um segmento do texto:

- (A) Na sociedade do espetáculo em que vivemos, toda a atenção é voltada, para a imagem, de modo que, as publicações, feitas nas redes sociais, são de autoria de um roteirista; alguém que está construindo uma imagem.
- (B) Na sociedade do espetáculo, em que vivemos, volta-se toda a atenção para a imagem; de modo que, as publicações feitas, nas redes sociais, são de autoria de um roteirista, alguém que está construindo uma imagem.
- (C) Na sociedade do espetáculo em que vivemos, toda a atenção é voltada para a imagem, de modo que as publicações feitas nas redes sociais, são de autoria de um roteirista – alguém que está, construindo uma imagem.
- (D) Na sociedade do espetáculo em que vivemos, volta-se toda a atenção para a imagem, de modo que as publicações feitas nas redes sociais são de autoria de um roteirista – alguém que está construindo uma imagem.
- (E) Na sociedade, do espetáculo em que vivemos, volta-se toda a atenção para a imagem; de modo que, as publicações, feitas nas redes sociais são de autoria de um roteirista: alguém que está construindo uma imagem.

14. A frase que admite transposição para a voz passiva está em:

- (A) *Teorias de diversas naturezas, da religião à psicanálise, contrariam essa tese.*
- (B) *Ninguém é tão divino [...] e nem tão suscetível às circunstâncias...*
- (C) *... mas sofrem de gastrite no domingo à noite.*
- (D) *Toda tecnologia é neutra...*
- (E) *Mas nem sempre esse indivíduo lida com uma lógica absoluta...*

15. Expressa noção de finalidade o segmento sublinhado em:

- (A) *Vivemos na sociedade do espetáculo, em que toda a atenção é voltada para a imagem.*
- (B) *É comum ver pessoas que dizem que a carreira é tudo para elas...*
- (C) *É o que diz a máxima “conhece a ti mesmo”, que funda a filosofia de Sócrates.*
- (D) *Tenho usado em minhas palestras duas noções desenvolvidas por Nicolau Maquiavel...*
- (E) *É preciso investigar a si mesmo para perceber que você também tem falhas.*

16. Resistente ao termo “pós-modernidade” (porque falta perspectiva histórica para dar por terminada a modernidade), Bauman dizia: “O que temos é uma versão privatizada da modernidade”.

(Adaptado de: DE QUEROL, Ricardo. Disponível em: brasil.elpais.com)

Uma redação alternativa para o texto acima, em que se mantêm as relações de sentido, está expressa com correção em:

- (A) Bauman demonstrava resistência ao termo “pós-modernidade”, afirmando que o que temos é uma versão privatizada da modernidade, uma vez que falta perspectiva histórica para considerá-la superada.
- (B) Bauman resiste ao termo “pós-modernidade”, explicando que falta perspectiva histórica para dar por terminada a modernidade, e afirmou: temos-lhe uma versão privatizada.
- (C) Bauman afirmou que: o que temos é uma versão privatizada da modernidade, embora falte perspectiva histórica para dá-la por terminada, com isso resiste ao termo “pós-modernidade”.
- (D) Ainda que resista ao termo “pós-modernidade”, Bauman explica que lhe falta perspectiva histórica para dar por terminada, afirmando que o que temos é uma versão privatizada da modernidade.
- (E) Segundo Bauman, que resistia ao termo “pós-modernidade”, pois lhe faltara perspectiva histórica para considerá-la superada, o que temos é uma versão privatizada da mesma.

**Noções sobre Direito das Pessoas com Deficiência**

17. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela
- (A) não é admissível, haja vista as peculiaridades legais concernentes aos institutos da tutela e curatela da pessoa com deficiência.
 - (B) deve ser realizada, em caráter excepcional e desde que preenchidos os requisitos legais, dentre eles, que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.
 - (C) é admissível, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde, não sendo cabível em qualquer outra hipótese.
 - (D) deve ser realizada, como regra, inexistindo impeditivo legal para sua implementação, haja vista que envolve ação de utilidade pública.
 - (E) deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas e exclusivamente quando houver indícios de benefício à saúde de outras pessoas com deficiência, dado o caráter coletivo da pesquisa científica.

18. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel. A propósito do tema, nos termos da Lei nº 13.146/2015,
- (A) o direito à prioridade, a que se refere o enunciado, será reconhecido à pessoa com deficiência beneficiária apenas duas vezes.
 - (B) deve ser reservado, no mínimo, 5%, das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
 - (C) o imóvel deve ser para moradia própria.
 - (D) caso não haja pessoa com deficiência interessada nas unidades habitacionais reservadas, as unidades não utilizadas não serão disponibilizadas às demais pessoas, devendo-se aguardar que, em algum momento, sobrevenha pessoa com deficiência interessada.
 - (E) deve ser reservado, no mínimo, 2%, das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.

19. No que concerne ao conceito de pessoa com mobilidade reduzida, previsto no Decreto nº 5.296/2004, considere:
- I. A dificuldade de movimentar-se, desde que preenchidos os requisitos legais, pode ser decorrente de qualquer motivo.
 - II. A pessoa com mobilidade reduzida enquadra-se no conceito de pessoa portadora de deficiência.
 - III. A dificuldade de movimentar-se gera redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
 - IV. A pessoa com mobilidade reduzida tem dificuldade de movimentar-se permanentemente, pois a dificuldade de movimentar-se temporariamente não integra o conceito de pessoa com mobilidade reduzida.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

20. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, especificamente no que concerne aos requisitos de acessibilidade que devem ser observados na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, considere:
- I. Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente.
 - II. Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - III. Pelo menos dois dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverão cumprir os requisitos de acessibilidade previstos em Lei.
 - IV. Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III.



21. Carla trabalha em determinado hospital particular há dez anos, sendo responsável pelo setor de internação de pacientes que chegam ao hospital. No mês de maio de 2017, Carla, propositadamente, dificultou a internação hospitalar de José, pessoa com deficiência e, na época, com 40 anos de idade. Cumpre salientar que o estado de José não exigia atendimento de urgência ou emergência, sendo a internação destinada à realização de exames médicos específicos. Nos termos da Lei nº 7.853/1989, o ato de Carla
- (A) não constitui crime, no entanto, estará sujeita a respectiva punição em outras searas do direito.
 - (B) não constitui crime, tampouco representa qualquer ilegalidade.
 - (C) constitui crime punível com pena de detenção e multa.
 - (D) constitui crime punível com pena de detenção, inexistindo multa nessa hipótese.
 - (E) constitui crime punível com pena de reclusão e multa.
-
22. A Defensoria Pública da União propôs ação civil pública para a defesa de direitos difusos de pessoas com deficiência. A ação foi julgada improcedente por deficiência de prova, tendo a sentença sido confirmada em segundo grau de jurisdição e transitado em julgado. Nesse caso, conforme preceitua a Lei nº 7.853/1989,
- (A) qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, independentemente da existência ou não de nova prova.
 - (B) a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
 - (C) apenas a Defensoria Pública da União poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, desde que haja nova prova.
 - (D) qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, desde que haja nova prova.
 - (E) apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, desde que haja nova prova.
-
23. A empresa ABC é locadora de veículos e possui inúmeros veículos para atender os diversos Estados do Brasil. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, essa empresa é obrigada a oferecer
- (A) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
 - (B) 2 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
 - (C) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.
 - (D) 3 veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 30 veículos de sua frota.
 - (E) 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 veículos de sua frota.

Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho

24. Para preenchimento de vaga de Ministro, destinada aos Juízes da Carreira da Magistratura do Trabalho, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho convocará o Pleno para escolher, dentre os Juízes da carreira, integrantes dos Tribunais Regionais do Trabalho, os nomes para a formação da lista tríplex a ser encaminhada ao Presidente da República. Nessa votação, os nomes dos Juízes que integrarão a lista serão escolhidos em voto
- (A) secreto e em escrutínio único, sendo que a ordem da lista obedecerá o número de votos, ou seja, aquele que obtiver maior número de votos será o primeiro integrante da lista, e assim, sucessivamente.
 - (B) secreto e em escrutínios sucessivos, para o primeiro, o segundo, o terceiro, e, eventualmente, o quarto nome integrante da lista, e, assim, sucessivamente, sendo escolhido em cada escrutínio aquele que obtiver votos da maioria absoluta.
 - (C) aberto e em escrutínios sucessivos, para o primeiro, o segundo, o terceiro, e, eventualmente, o quarto nome integrante da lista, e, assim, sucessivamente, sendo escolhido em cada escrutínio aquele que obtiver votos da maioria absoluta.
 - (D) aberto e em escrutínio único, sendo que a ordem da lista obedecerá o número de votos, ou seja, aquele que obtiver maior número de votos será o primeiro integrante da lista, e assim, sucessivamente.
 - (E) secreto e em escrutínios sucessivos, para o primeiro, o segundo, o terceiro, e, eventualmente, o quarto nome integrante da lista, e, assim, sucessivamente, sendo escolhido em cada escrutínio aquele que obtiver votos da maioria relativa, obedecendo a presença de, no mínimo, 1/3 dos Ministros.
-
25. A antiguidade dos Ministros, para efeitos legais e regimentais, é regulada, na ordem, pela
- (A) nomeação; pela posse; pelo tempo de serviço público federal; pelo tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
 - (B) nomeação; pela posse; pelo tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
 - (C) posse; pela nomeação; pelo tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.
 - (D) idade; pela posse; pela nomeação; pelo tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho e pelo tempo de serviço público federal quando houver empate pelos demais critérios.
 - (E) posse; pela nomeação; pelo tempo de serviço público federal; pelo tempo de investidura na Magistratura da Justiça do Trabalho; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.



26. O Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
- (A) possui a competência originária de ratificar as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação superior em até três vezes o limite estipulado para o convite.
 - (B) participa das sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, inclusive de Turma, concorrendo normalmente à distribuição de Processos.
 - (C) participa das sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, inclusive de Turma, mas concorre à distribuição especial reduzida de Processos.
 - (D) participa das sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, exceto de Turma, não concorrendo à distribuição de processos.
 - (E) possui a competência originária de decidir sobre a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, em audiências públicas, decisão esta recorrível ao Pleno pelo prazo regimental.
-
27. Se ocorrer a vacância do cargo de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho nos cinco meses anteriores ao término do respectivo mandato,
- (A) ocorrerá eleição para todos os cargos que realizar-se-á dentro de cento e vinte dias subsequentes ao dia da vacância. Neste caso, os remanescentes mandatos dos demais exercentes de cargos de direção extinguir-se-ão na data da posse dos novos eleitos.
 - (B) assumirá o Vice-Presidente do Tribunal que deverá, obrigatoriamente, terminar o mandato do Presidente cumulando os dois cargos de direção.
 - (C) ocorrerá eleição para todos os cargos que realizar-se-á no prazo máximo de noventa dias subsequentes ao dia da vacância. Neste caso, os remanescentes mandatos dos demais exercentes de cargos de direção extinguir-se-ão na data da posse dos novos eleitos.
 - (D) ocorrerá imediata eleição somente para o cargo vago, bem como para o término do prazo de cinco meses do mandato vago. Neste caso, os remanescentes mandatos dos demais exercentes de cargos de direção não extinguir-se-ão na data da posse do novo presidente eleito.
 - (E) ocorrerá eleição para todos os cargos que realizar-se-á nos trinta dias seguintes ao da vacância. Neste caso, os remanescentes mandatos dos demais exercentes de cargos de direção extinguir-se-ão na data da posse dos novos eleitos.
-
28. Compete originariamente ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
- (A) exercer o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários.
 - (B) despachar as desistências dos recursos e das ações, quando se referirem a processo pendente de distribuição na Corte, bem como os demais incidentes processuais suscitados.
 - (C) designar e presidir audiências de conciliação e instrução de dissídio coletivo de competência originária do Tribunal.
 - (D) apreciar ação cautelar incidental a recurso extraordinário.
 - (E) dar publicidade a cada trimestre no órgão oficial, dos dados estatísticos relativos às atividades jurisdicionais do Tribunal e dos Ministros.
-
29. A aprovação de Emenda Regimental é feita pelo
- (A) Tribunal Pleno, sendo exigido para o seu funcionamento presença de, no mínimo, quatorze Ministros e necessária maioria absoluta para essa deliberação.
 - (B) Tribunal Pleno, sendo exigido para o seu funcionamento presença de, no mínimo, doze Ministros e necessária maioria absoluta para essa deliberação.
 - (C) Tribunal Pleno, sendo exigido para o seu funcionamento presença de, no mínimo, doze Ministros e necessária maioria simples para essa deliberação.
 - (D) Órgão Especial, sendo exigido para o seu funcionamento presença de, no mínimo, onze Ministros e necessária maioria absoluta para essa deliberação.
 - (E) Órgão Especial, sendo exigido para o seu funcionamento presença de, no mínimo, quatorze Ministros e necessária maioria simples para essa deliberação.
-
30. Considere:
- I. embargos de declaração.
 - II. conflito de competência.
 - III. agravo de instrumento.
 - IV. arguição de suspeição ou de impedimento.
 - V. recurso de revista.
- Não haverá sustentação oral nos itens indicados APENAS em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II, IV e V.
 - (C) I, II, III e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, III, IV e V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Determinado Município editou lei prescrevendo que o servidor público municipal titular de cargo público efetivo gozará de férias anuais remuneradas, acrescidas do valor de um quinto sobre sua remuneração normal. Considerando que até então o valor do adicional devido ao servidor público por ocasião das férias anuais era equivalente a um terço sobre sua remuneração normal, a referida lei é
- (A) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que, dentre os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição ao servidor público nessa situação encontra-se o direito ao gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre a matéria mediante edição de lei de âmbito nacional.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de matéria sujeita à edição de norma geral pela União, que poderá ser suplementada pelos Estados e Distrito Federal, mas não pelos Municípios.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, uma vez que cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal estabelecer o regime jurídico do respectivo funcionalismo público, podendo cada qual dispor sobre o valor do adicional que será devido aos seus servidores públicos por ocasião das férias.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, desde que a nova regra seja aplicada apenas aos servidores públicos que forem nomeados para o exercício de cargos públicos após a entrada em vigor da lei, sob pena de ser violado o princípio da irretroatividade das leis.
-
32. Empregado de certa empresa privada foi eleito membro suplente de diretoria de sindicato de sua categoria, tendo sido demitido de seu emprego quatro meses após o término do mandato sindical, sem que tenha cometido qualquer falta. A demissão desse empregado mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado desde a posse em cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (D) compatível com a Constituição Federal, que permite a dispensa do empregado sindicalizado eleito membro titular ou suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical, na situação retratada.
 - (E) compatível com a Constituição Federal, que não garante estabilidade no emprego àquele que tenha sido eleito membro suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical.
-
33. Determinados empregados de empresa pública estadual, sujeitos ao regime jurídico trabalhista, tiveram seus salários majorados para ajustá-los aos valores médios pagos no mercado. Em razão disso, esses empregados, que antes percebiam salário em valor equivalente ao subsídio do Governador, passaram a perceber em valor superior ao do subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF. O aumento, todavia, não impactou os cofres do Tesouro, uma vez que a referida empresa não recebe recursos do Estado para arcar com suas despesas de pessoal e de custeio em geral. Nessa situação, a nova remuneração paga aos referidos empregados mostra-se
- (A) inconstitucional, uma vez que os empregados de empresas públicas estaduais não podem perceber salário acima do subsídio pago aos Ministros do STF, que constitui o limite remuneratório máximo a ser observado pela Administração pública em geral, ainda que possam perceber remuneração superior ao subsídio pago ao Governador.
 - (B) inconstitucional, uma vez que os empregados de empresas públicas estaduais não podem perceber salário acima do subsídio pago ao Governador, que constitui o limite remuneratório máximo a ser observado pela Administração pública estadual.
 - (C) constitucional, uma vez que, embora os salários a serem pagos superem o subsídio dos Ministros do STF, que é o limite remuneratório máximo a ser observado pela Administração pública em geral, os empregados de empresas públicas não estão sujeitos a esse limite porque são sujeitos ao regime jurídico trabalhista.
 - (D) constitucional, uma vez que, embora os salários a serem pagos superem o limite remuneratório máximo a ser observado pela Administração pública estadual, não estão sujeitos a esse limite os empregados de empresa pública que não receba recursos financeiros do Estado para arcar com suas despesas de pessoal e de custeio em geral.
 - (E) constitucional, uma vez que, embora os salários a serem pagos superem o subsídio do Governador, que é o limite remuneratório máximo a ser observado pela Administração pública estadual, esse limite aplica-se apenas aos cargos públicos, inclusive aos eletivos, mas não aos empregados públicos.



34. Com a finalidade de conter as despesas da Administração pública, o Presidente da República editou decreto extinguindo Ministério e os cargos públicos vagos e preenchidos a ele vinculados, colocando em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, os servidores públicos estáveis ocupantes dos cargos que foram extintos. Considerando a Constituição Federal, o Presidente da República NÃO poderia ter editado decreto para
- (A) extinguir o Ministério e os cargos públicos, vagos ou não, nem para determinar que os servidores públicos estáveis ficassem em disponibilidade.
 - (B) determinar que os servidores públicos estáveis ficassem em disponibilidade, uma vez que a extinção de seus cargos enseja aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, embora o decreto pudesse extinguir o Ministério e os cargos públicos, vagos ou não.
 - (C) determinar que os servidores públicos colocados em disponibilidade percebessem remuneração proporcional ao tempo de serviço, uma vez que deveriam receber o equivalente ao valor da última remuneração percebida no exercício do cargo, embora o decreto pudesse extinguir o Ministério e os cargos públicos, vagos ou não.
 - (D) extinguir o Ministério, embora o decreto pudesse extinguir os cargos públicos, vagos ou não, bem como determinar que os servidores públicos estáveis ficassem em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (E) extinguir o Ministério e os cargos públicos preenchidos, embora o Decreto pudesse extinguir os cargos públicos vagos.
-
35. A União pretende cobrir déficit apresentado por empresa pública federal mediante utilização de recursos do orçamento fiscal. A realização dessa despesa, todavia, não foi prevista na lei orçamentária vigente. Considerando as disposições da Constituição Federal, a União
- (A) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que a despesa não foi prevista na lei orçamentária, excedendo, portanto, os créditos orçamentários, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.
 - (B) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que é vedado à União cobrir o déficit de empresas públicas, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.
 - (C) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que é vedada a utilização de recursos do orçamento fiscal para a finalidade desejada pela União, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.
 - (D) poderá cobrir o déficit tal como pretendido, mediante edição de decreto de abertura de crédito suplementar, independentemente de autorização legislativa específica.
 - (E) poderá cobrir o déficit tal como pretendido, mediante autorização legislativa específica.
-
36. O órgão federal de fiscalização das relações de trabalho impôs penalidade administrativa contra certa empresa, por violação a determinadas normas de proteção à saúde e à segurança do trabalhador. A empresa pretende propor ação para impugnar o ato administrativo que lhe impôs a multa, por entendê-lo ilegal. Nesse caso, a ação deverá ser proposta perante o
- (A) juiz estadual competente, sendo vedado pela Constituição Federal o ajuizamento perante o juizado especial estadual.
 - (B) juiz estadual competente, não sendo vedado pela Constituição Federal o ajuizamento perante o juizado especial estadual.
 - (C) Tribunal de Justiça competente originariamente para o feito.
 - (D) órgão da justiça do trabalho competente.
 - (E) órgão da justiça federal competente.
-
37. Em junho de 2014, empresa pública federal contratou, mediante concurso público, empregados públicos que iniciaram o exercício de suas funções naquele mês. Em julho de 2017 houve denúncia de que um desses empregados praticou ato de improbidade administrativa. O fato ensejou o ajuizamento de ação civil por improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público, na qual se pleiteou, entre outras medidas, a condenação do empregado na perda da função pública. À luz da Constituição Federal, em tese, a sentença proferida na ação civil por improbidade administrativa
- (A) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, que poderá, todavia, ser demitido mediante avaliação especial de desempenho executada pela empresa contratante, assegurada a ampla defesa, podendo, ainda, perder a função em razão de sentença penal transitada em julgado.
 - (B) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, que apenas poderá ser demitido por ato privativo da Administração pública, estando essa medida fora das atribuições do Poder Judiciário.
 - (C) poderá impor a perda da função pública ao empregado.
 - (D) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, uma vez que já adquiriu estabilidade no emprego, podendo perdê-lo apenas em razão de sentença penal transitada em julgado.
 - (E) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, uma vez que já adquiriu estabilidade no emprego, podendo perdê-lo apenas em razão de sentença penal transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.

**Noções de Direito do Trabalho**

Atenção: Para responder às questões de números 38 a 49, considere também o texto da Lei nº 13.467/2017.

38. Gosto Bom Ltda., indústria alimentícia, terceirizou os serviços do setor de embalagens dos seus produtos e, para tanto, contratou a empresa Pacote Forte Embalagens Ltda., de propriedade de seu antigo gerente industrial, que pediu demissão exatamente para fundar esta empresa. Esse é o primeiro contrato de prestação de serviços firmado pela Pacote Forte Embalagens Ltda., quatro meses depois de iniciar suas atividades. No contrato de prestação de serviços pactuado restou previsto que os empregados da contratada farão jus a salário equivalente ao pago aos empregados da contratante. Os serviços contratados são executados nas dependências da tomadora. Considerando as regras legais sobre terceirização de serviços,
- (A) a embalagem dos produtos faz parte da cadeia de produção da empresa, caracterizando-se como atividade fim e, portanto, é ilegal a terceirização realizada.
 - (B) a pactuação de salário para os empregados da contratada igual ao que é pago aos empregados da contratante descaracteriza a terceirização, tornando-a ilegal e levando à formação do vínculo de emprego diretamente com a contratante.
 - (C) o fato de a empresa Pacote Forte Embalagens Ltda. ser de propriedade de um antigo gerente e de a contratação ter ocorrido apenas quatro meses após o início das atividades dessa empresa, não implica em ilegalidade da terceirização realizada.
 - (D) os empregados da Pacote Forte Embalagens Ltda. que prestam serviços à Gosto Bom Ltda. têm asseguradas as mesmas condições relativas a atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante ou local por ela designado.
 - (E) o contrato de prestação de serviços conterà a qualificação das partes, a especificação do serviço a ser prestado, o prazo para realização do serviço, quando for o caso, e a indicação expressa do nome de cada um dos empregados da contratada que irão prestar os serviços, não podendo haver substituição até final duração do contrato.
-
39. Os sócios das empresas Turismo Maravilha Ltda. e Festa de Arromba Promoções e Eventos Ltda. são os mesmos. A primeira delas é sediada em Maceió e a segunda tem sede em Belo Horizonte, desenvolvendo suas atividades exclusivamente nessas cidades. Em todos os eventos realizados pela Festa de Arromba são sorteados pacotes turísticos da Turismo Maravilha, sendo esse o meio encontrado pelos sócios para o desenvolvimento das atividades dessa última, que foi inaugurada há pouco tempo. Essa integração tem se mostrado muito importante para o desenvolvimento da Turismo Maravilha, sendo os sorteios a única forma de divulgação e publicidade da empresa. Em relação à situação descrita,
- (A) as empresas não integram grupo econômico, tendo em vista que exercem atividades completamente distintas, não havendo integração entre as mesmas, sendo que a mera identidade de sócios não é suficiente para caracterizar grupo econômico.
 - (B) não há formação de grupo econômico pois, além das atividades das empresas serem completamente distintas, as mesmas localizam-se em cidades diferentes, não havendo interesses integrados.
 - (C) embora as empresas tenham atividades distintas, a identidade de sócios, aliada ao interesse integrado, à efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das mesmas, leva à caracterização do grupo econômico.
 - (D) há formação de grupo econômico, tendo em vista que a simples existência de sócios em comum é fator suficiente para tal caracterização.
 - (E) há formação de grupo econômico em razão da existência de sócios comuns e de interesses integrados, sendo que as empresas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
-
40. Entre as diversas verbas que podem ser pagas pelo empregador ao empregado, integram o salário do empregado:
- (A) as gratificações legais.
 - (B) as diárias para viagem.
 - (C) os prêmios.
 - (D) os abonos.
 - (E) a ajuda de custo.
-
41. As férias constituem um período de descanso anual remunerado. No entanto, não se trata de um direito incondicional, sendo certo que algumas circunstâncias fazem com que o empregado perca o direito a férias, entre elas
- (A) mais de 24 faltas injustificadas ao serviço durante o período aquisitivo.
 - (B) a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo.
 - (C) a prisão preventiva, mesmo em caso de impronúncia ou absolvição.
 - (D) gozo de licença, com percepção de salários, por mais de trinta dias.
 - (E) percepção de prestações de acidente de trabalho ou de auxílio doença por mais de cento e vinte dias contínuos.
-
42. Catarina ficou afastada do trabalho por 120 dias em razão de licença maternidade. Ao retornar às suas funções, escorregou em uma escada da empresa, sofrendo fraturas que exigiram seu afastamento do trabalho por 45 dias. Recebeu auxílio doença acidentário. Após a alta do INSS retornou às suas atividades, mas um mês depois a empresa lhe concedeu férias, tendo em vista que o término do período concessivo estava próximo. Em relação ao contrato de trabalho, os períodos de afastamento de Catarina caracterizam, respectivamente
- (A) interrupção, interrupção durante 15 dias, suspensão durante 30 dias e interrupção.
 - (B) suspensão, suspensão durante 15 dias, interrupção durante 30 dias e suspensão.
 - (C) suspensão, suspensão durante 45 dias e suspensão.
 - (D) interrupção, interrupção durante 45 dias e interrupção.
 - (E) interrupção, suspensão durante 15 dias, interrupção durante 30 dias e interrupção.



43. Ulisses foi contratado pela empresa Copo de Leite Laticínios Ltda. como auxiliar de produção, para o cumprimento de jornada de 8 horas diárias de segunda à sexta-feira, com intervalo de 1 hora para repouso e alimentação. Alegando necessidades de produção, duas vezes por semana o empregador passou a fracionar o intervalo intrajornada de Ulisses em três períodos de 20 minutos cada um e, nos outros três dias da semana, passou a conceder apenas 40 minutos de intervalo. Em relação a essa situação, o fracionamento do intervalo intrajornada
- (A) não é permitido para as atividades exercidas por Ulisses e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador dos minutos suprimidos, com um acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.
 - (B) não é permitido para as atividades exercidas por Ulisses e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador do período total do intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.
 - (C) é permitido para as atividades exercidas por Ulisses no caso de necessidade de produção, mas somente em dois períodos de 30 minutos cada um e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador do período total do intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.
 - (D) é permitido para as atividades exercidas por Ulisses no caso de necessidade de produção e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador dos minutos suprimidos, com um acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.
 - (E) é permitido para as atividades exercidas por Ulisses no caso de necessidade de produção e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador do período total do intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.
-
44. Florence foi contratada como gerente de comércio exterior pela empresa Internacional Comércio e Exportação Ltda. Após dois anos da contratação, foi eleita para o cargo de diretora, sendo-lhe informado que se tratava de cargo de confiança a ser ocupado interinamente. Após ser diretora por doze anos, foi revertida pelo empregador para o cargo de gerente de comércio exterior, deixando o exercício da função de confiança. Em relação à situação de Florence,
- (A) após ocupar cargo de confiança, principalmente o de diretor, o empregado não pode ser revertido para o cargo anteriormente ocupado, pois isso caracteriza rebaixamento de função, que é vedado pelo ordenamento jurídico.
 - (B) após ocupar cargo de confiança, o empregado pode ser revertido para o cargo anteriormente ocupado, com ou sem justo motivo, não lhe sendo assegurado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função.
 - (C) após ocupar cargo de confiança, o empregado pode ser revertido para o cargo anteriormente ocupado e, se tal reversão não decorreu de justo motivo e o cargo foi ocupado por dez ou mais anos, o empregado tem assegurado o direito à manutenção da gratificação correspondente.
 - (D) trata-se de hipótese de rebaixamento de função que somente pode ser considerada válida se houver a concordância do empregado, devendo-lhe ser assegurado o direito à manutenção da gratificação correspondente se ocupou o cargo por dez ou mais anos.
 - (E) trata-se de hipótese de rebaixamento de função que somente pode ser considerada válida se houver a concordância do empregado, mas, em nenhum caso, lhe é assegurada a manutenção do direito à gratificação correspondente.
-
45. Entre as finalidades do FGTS está a de permitir ao trabalhador a formação de um patrimônio que poderá ser sacado em momentos especiais e em situações de dificuldade. Nesse contexto, constitui hipótese autorizada por lei para o saque do FGTS:
- (A) quando o trabalhador com deficiência, por prescrição médica, necessite fazer implante.
 - (B) necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de prescrição médica.
 - (C) suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 120 dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.
 - (D) quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem.
 - (E) despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca, de força maior e extinção do contrato de trabalho em decorrência de acordo entre empregado e empregador.
-
46. Após ter dispensado o empregado Glauber, que trabalhou na empresa por 8 anos, Flecha de Ouro Transportes Ltda. resolve reconsiderar o aviso prévio, informando ao empregado que, em razão disso, o contrato de trabalho permanecerá vigorando normalmente. Glauber não concorda com o empregador e, considerando o contrato de trabalho rescindido, requer que o mesmo lhe pague as verbas rescisórias devidas. Em relação à situação de Glauber
- (A) considerando que o contrato de trabalho dele é por prazo indeterminado, não há que se falar em reconsideração do aviso prévio, eis que tal possibilidade refere-se aos contratos por prazo determinado, em relação aos quais o legislador privilegia seu cumprimento até o prazo fixado pelas partes quando da contratação.
 - (B) dado o aviso prévio, não há que se falar em reconsideração do mesmo, pois o contrato de trabalho é considerado extinto quando da concessão do aviso, sendo que a projeção do seu prazo se refere apenas a pagamentos de verbas trabalhistas e rescisórias.
 - (C) a reconsideração do aviso prévio é possível e caracteriza ato unilateral da parte que teve a iniciativa na rescisão do contrato de trabalho, não havendo que se falar em aceitação da outra parte.
 - (D) a reconsideração do aviso prévio pelo empregador é possível e independe da concordância do empregado, tendo em vista que revela situação mais benéfica ao trabalhador e privilegia o princípio da continuidade da relação de emprego.
 - (E) a aceitação da reconsideração do aviso prévio dado por uma das partes é faculdade da outra parte e, portanto, com a recusa de Glauber o contrato de trabalho será extinto ao término do período do aviso prévio, sendo devidas as verbas rescisórias.



47. Entre as diversas regras de proteção à mulher gestante e lactante estão as relativas a restrições para o exercício de atividades em condições insalubres e a concessão de intervalos para amamentação do bebê, entre as quais:
- (A) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 descansos de meia hora cada um, sendo que os horários de gozo dos mesmos são definidos pelo empregador, de acordo com as possibilidades da produção.
 - (B) Quando não for possível que a gestante seja afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação, o contrato de trabalho deverá ser rescindido, com pagamento de uma indenização equivalente ao salário-maternidade, não havendo que se falar em estabilidade.
 - (C) Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres, em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação.
 - (D) O período de 6 meses, no qual, durante a jornada de trabalho, devem ser concedidos 2 descansos de meia hora cada um para amamentação do bebê, poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente, quando o exigir a saúde do filho.
 - (E) Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo durante o período em que estiver amamentando o bebê, desde que haja recomendação por escrito de médico da Previdência Social.
-
48. A Lei nº 13.467/2017 ampliou a abrangência da negociação coletiva de trabalho, fixando novas regras acerca da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho, entre as quais:
- (A) A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho ensejará sua nulidade por caracterizar um vício do negócio jurídico.
 - (B) Constitui objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho o enquadramento do grau de insalubridade.
 - (C) Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.
 - (D) Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, salvo quando se tratar de direitos individualmente adquiridos.
 - (E) Os empregados contratados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras, salvo previsão em sentido contrário em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
-
49. As Comissões de Conciliação Prévia têm como atribuição tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho, podendo ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical. Quanto à Comissão instituída no âmbito da empresa,
- (A) será composta de, no mínimo, 4 e, no máximo, 12 membros.
 - (B) haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares.
 - (C) todos os membros da Comissão serão eleitos pelos trabalhadores da empresa, sendo a eleição fiscalizada pelo sindicato da categoria profissional.
 - (D) o mandato dos membros da Comissão, titulares e suplentes, é de dois anos, permitida uma recondução.
 - (E) o representante dos empregados ficará afastado de suas atividades normais para poder exercer as atribuições na Comissão.

Noções de Direito Administrativo

50. Considere que um servidor público da União tenha sido convidado para integrar, com mandato de quatro anos, um organismo internacional do qual o Brasil faz parte como membro, sediado nos Estados Unidos, e pretenda obter afastamento de seu cargo para desempenhar tal mister. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei federal nº 8.112/90, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis federais, tal pretensão afigura-se
- (A) descabida, salvo se o servidor em questão for integrante de carreira diplomática, podendo o afastamento ser concedido com duração correspondente ao mandato.
 - (B) cabível, exclusivamente em se tratando de missão oficial, nos termos definidos em tratado ou acordo internacional.
 - (C) descabida, eis que o afastamento para atuar no exterior somente é permitido para missão ou estudo, com prazo máximo de 3 anos.
 - (D) cabível, porém o afastamento deverá, obrigatoriamente, se dar com prejuízo da remuneração.
 - (E) cabível, excepcionalmente, com anuência do Ministério de Relações Exteriores, não contando o tempo de afastamento como exercício no serviço público.



51. Suponha que um órgão integrante da Administração direta tenha instaurado um procedimento licitatório para a reforma e modernização de seu edifício sede. Ocorre que, no curso do certame, sobreveio decisão governamental de realocação de diversos órgãos no referido edifício, o que demandaria total alteração do *layout* e a construção de mais um andar de garagem subterrânea. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o órgão responsável pela licitação em curso
- (A) deverá anular o certame, por perda de objeto, sendo vedada qualquer alteração do objeto após a fase de habilitação.
 - (B) está obrigado a concluir o certame, mantida a vinculação ao instrumento convocatório, porém não deverá adjudicar o objeto ao vencedor.
 - (C) poderá alterar o objeto da licitação, em razão de fatores supervenientes e para atingimento do interesse público pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
 - (D) somente poderá incluir as novas obras no objeto do certame se ainda não apresentadas as propostas econômicas, mantida a data da sessão de julgamento.
 - (E) poderá revogar o certame, por despacho motivado, comprovada a superveniência de razões de interesse público.
-
52. Considere que o Ministério da Agricultura pretenda transferir à iniciativa privada a exploração de um centro de exposições agropecuárias, objetivando desonerar-se de despesas de manutenção e, se possível, obter receita adicional para aplicação em outras atividades. Os estudos de viabilidade econômico-financeira indicaram que, desde que realizados investimentos na estrutura do local, especialmente climatização e ampliação do estacionamento, o empreendimento seria bastante rentável. Diante de tal cenário, afigura-se como alternativa juridicamente cabível para atingir a finalidade pretendida:
- (A) concessão precedida de obra pública, observado o prazo legal máximo de 25 anos, com pagamento de outorga ao poder concedente.
 - (B) concessão de uso, a título oneroso e precário, ficando os investimentos a cargo do concessionário para exploração por sua conta e risco.
 - (C) permissão de uso, a título precário, indenizando-se o permissionário na hipótese de retomada antes de decorrido o prazo mínimo legal de 5 anos.
 - (D) concessão ou permissão de serviço público, com pagamento de outorga ao poder concedente, sendo que apenas a permissão faculta a atribuição dos investimentos ao particular.
 - (E) concessão de uso, podendo os investimentos serem atribuídos ao concessionário, fixando-se o prazo de exploração de forma compatível com a respectiva amortização.
-
53. Suponha que, em procedimento ordinário de fiscalização de determinado órgão público, o Tribunal de Contas da União tenha identificado a aquisição de insumos sem a formalização mediante o correspondente termo de contrato administrativo. Considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/93, a situação narrada
- (A) afigura-se irregular, salvo para as aquisições efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
 - (B) poderá não refletir irregularidade, se as aquisições forem de até R\$ 4.000,00, de pronto pagamento, efetuadas mediante regime de adiantamento.
 - (C) não comporta qualquer irregularidade, eis que o termo de contrato é exigido apenas para contratação de obras e serviços.
 - (D) somente será regular se as aquisições tiverem ocorrido mediante pregão ou pelo sistema de registro de preços.
 - (E) refletirá irregularidade, somente se identificada irregularidade no correspondente procedimento de aquisição.
-
54. Suponha que determinada entidade integrante da Administração federal pretenda majorar os valores cobrados dos cidadãos para o licenciamento ambiental de empreendimentos, cuja análise e concessão encontram-se em sua esfera de competência legal. A atuação da referida entidade corresponde à expressão de
- (A) poder regulamentar, passível de cobrança por preço público que reflita os custos efetivamente incorridos.
 - (B) poder normativo, dependendo a majoração da edição de decreto do Chefe do Executivo.
 - (C) discricionariedade administrativa, representada por ato da autoridade competente, mediante resolução.
 - (D) regulação da atividade econômica, própria de agências reguladoras, que atuam mediante decisões fundadas na discricionariedade técnica.
 - (E) poder de polícia, custeado mediante cobrança de taxa instituída, obrigatoriamente, por lei.
-
55. Considere que, em um período de chuvas intensas, tenha ocorrido o transbordamento de um rio situado no perímetro urbano de determinada cidade. Os moradores da região sofreram vários prejuízos em função do transbordamento e buscaram, judicialmente, indenização do poder público sob a alegação de que os danos decorreram do atraso nas obras de aprofundamento da calha do rio, bem como da paralisação dos serviços de dragagem e da omissão na adoção de outras medidas que pudessem evitar ou minimizar os danos sofridos. O pleito apresentado
- (A) não encontra respaldo no ordenamento jurídico, pois apenas condutas comissivas da Administração são passíveis de caracterizar a responsabilidade civil do Estado.
 - (B) é cabível, caracterizando responsabilidade objetiva da Administração, que não pode ser afastada sob alegação de ocorrência de caso fortuito ou força maior.
 - (C) não é cabível, pois não se vislumbra nexo de causalidade entre os prejuízos sofridos e conduta comissiva ou omissiva da Administração, somente sendo cabível se apontada culpa de agente público.
 - (D) é cabível mesmo não individualizada conduta comissiva de agente público, se demonstrado o nexo de causalidade com a falha na prestação do serviço.
 - (E) fundamenta-se na já superada Teoria do Risco Integral, não encontrando, assim, respaldo no nosso ordenamento jurídico que agasalha a responsabilidade subjetiva da Administração.



56. George, diretor financeiro de uma sociedade anônima da qual a União detém participação societária minoritária, direcionou as aplicações financeiras da companhia a fundos de investimento que sabia serem de altíssimo risco, gerando, com isso, perdas patrimoniais expressivas para a companhia. Restou provado que a aplicação foi fruto de conluio com o gestor do fundo, envolvendo pagamento de comissão ao diretor da companhia.
- Referido diretor veio a ser processado por ato de improbidade administrativa e, em sua defesa, alegou que a legislação que rege a matéria não o alcançaria. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.429/92, tal alegação afigura-se
- (A) correta, pois apenas agentes públicos podem ser sujeitos ativos de ato de improbidade.
- (B) correta, pois apenas atos praticados em prejuízo da Administração pública, suas autarquias e fundações podem ser capitulados como de improbidade.
- (C) correta, pois somente se o poder público detivesse a maioria do capital social da empresa é que os prejuízos poderiam ensejar a capitulação da conduta como ato de improbidade.
- (D) incorreta, pois as condutas que causem prejuízo à Administração são passíveis de enquadramento na Lei de Improbidade, limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição da União à empresa.
- (E) incorreta, pois, em face da participação minoritária da União na empresa, os dirigentes da mesma podem ser equiparados a agentes públicos para fins de enquadramento na legislação em tela.

Administração Pública

57. O ciclo orçamentário compreende a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que constitui um importante instrumento de planejamento orçamentário-financeiro. Nesse contexto, compõem a LDO, entre outros aspectos:
- (A) programa e ações governamentais com duração de mais de um exercício financeiro e a correspondente fonte de custeio.
- (B) anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (C) autorização para abertura de créditos adicionais, especiais e extraordinários, em percentual da receita corrente líquida.
- (D) autorização para realização de operações de crédito, observado o limite fixado por Resolução do Senado Federal.
- (E) fixação dos limites de comprometimento com despesa de pessoal para o exercício subsequente.
58. A gestão ou gerenciamento de projetos constitui atividade de alta relevância em uma organização, sendo mesmo determinante, conforme apontam os doutrinadores, para o sucesso dos objetivos almejados. Diversas metodologias e ferramentas consagradas estão à disposição do gestor para essa tarefa, entre as quais o COBIT, que corresponde:
- (A) a uma ferramenta de estrutura analítica do projeto, com a identificação dos “pacotes de trabalho”.
- (B) à estimativa do tempo de execução do projeto, graduada de acordo com as probabilidades de cumprimento das etapas.
- (C) à representação gráfica do projeto, com encadeamento das fases e identificação dos profissionais alocados.
- (D) ao escritório de projetos, contemplando as fases de planejamento, execução e monitoramento.
- (E) a um guia de melhores práticas utilizado na gestão de tecnologia da informação, com ferramentas e técnicas de gerenciamento e controle.
59. O ciclo PDCA consiste em uma técnica para controlar e melhorar as atividades de um processo que compreende uma sequência de fases, entre as quais se inclui:
- I. A avaliativa e corretiva, que corresponde à fase final, quando são identificadas as principais falhas e adotadas medidas para melhorar a execução.
- II. A fase inicial, de planejamento, onde são estabelecidos objetivos e meios para alcançá-los.
- III. O controle ou verificação de resultados, fase intermediária, onde é identificado o grau de cumprimento do que foi planejado.
- IV. O desenvolvimento, que consiste na segunda etapa do ciclo, onde são fixadas as metas e os indicadores estratégicos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.



60. Suponha que determinada organização esteja no curso de um processo de planejamento estratégico, utilizando, como metodologia, o *Balanced Scorecard* – BSC e se situe na etapa de diagnóstico institucional, realizando, assim, análise interna e também do ambiente externo, significando que, em tal momento
- (A) está sendo definida a missão da organização, que corresponde, de um lado, à sua razão de ser e, de outro, aos seus objetivos futuros.
 - (B) estão sendo identificados, de um lado, os valores da organização e, de outro, os cenários com os quais deve se defrontar.
 - (C) são identificados os pontos fortes e fracos da organização, bem como as ameaças e oportunidades.
 - (D) está sendo estruturado o mapa estratégico da organização, que engloba sua visão de futuro e as variáveis estratégicas.
 - (E) são definidas as melhores práticas de gestão com base em experiências de sucesso de outras organizações tidas como *benchmarking*.
-
61. Um dos mais conhecidos modelos de gestão de qualidade, que, com as adaptações correspondentes, vem sendo aplicado na busca de excelência no âmbito da Administração pública é o preconizado pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ, segundo o qual
- (A) são apresentados fundamentos e critérios de excelência, divididos em subitens, aos quais são atribuídas pontuações que permitem identificar o grau de excelência da organização, inclusive, mas não necessariamente, para atribuição de premiação.
 - (B) cada organização define os próprios critérios de excelência, partindo dos fundamentos de excelência da FNQ, a fim de atingir os objetivos almejados e metas estabelecidas.
 - (C) cada organização pode ser avaliada de acordo com seu grau de maturidade em qualidade, tendo como referencial os modelos de gestão aplicados pela FNQ e respectivas metas individualizadas.
 - (D) cabe às organizações a definição dos seus fundamentos de excelência, a partir dos critérios preconizados pela FNQ, mas apenas a Fundação é apta para fazer a avaliação para tal finalidade.
 - (E) a FNQ define, a cada biênio, os fundamentos, critérios e pontuação para aferição do grau de excelência das organizações cadastradas, para fins de certificação de qualidade e atribuição de premiações.
-
62. O Decreto-Lei nº 200/67 constitui um importante marco da reforma administrativa do Estado, apresentando, entre seus pilares, a descentralização, que, de acordo com tal diploma, deve se dar
- I. dentro dos quadros da Administração federal, distinguindo-se claramente o nível de direção e de execução.
 - II. da Administração federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
 - III. da Administração federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
 - IV. com o terceiro setor, mediante celebração de contratos de gestão com organizações sociais.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.

Noções de Orçamento Público

63. A Constituição Federal dita a tramitação de projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e créditos adicionais e dispõe que
- (A) cabe ao Senado examinar e emitir parecer sobre esses projetos.
 - (B) as emendas devem ser apresentadas no Plenário das duas casas do Congresso Nacional e serão apreciadas na Comissão Mista permanente de Senadores e Deputados.
 - (C) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
 - (D) as emendas aos projetos somente podem ser aprovadas com a indicação dos recursos necessários, requisito dispensado no caso de despesa para educação e saúde.
 - (E) a anulação de despesa não é considerada fonte de recursos para fins de aprovação de emendas.



64. Um contabilista da União promoveu a seguinte classificação de despesa pública:

DESPESAS DE CUSTEIO

- serviços de terceiros
- subvenções sociais

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- inativos
- salário-família

DESPESAS DE CAPITAL

- juros da dívida pública

Conforme dita a Lei nº 4.320/64, essa classificação está INCORRETA, uma vez que

- (A) serviços de terceiros e inativos são despesas de custeio.
- (B) subvenções sociais e juros da dívida pública são transferências correntes.
- (C) serviços de terceiros e juros da dívida pública são despesas de capital.
- (D) salário-família e inativos são despesas de custeio.
- (E) serviços de terceiros e inativos são transferências correntes.

65. Considere:

- I. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- II. declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nos termos regulados pela Lei Complementar nº 101/00, esses itens representam condição prévia para

- (A) empenho e contratação de operação de crédito.
- (B) licitações de serviços e desapropriação de imóveis urbanos.
- (C) contratação de operação de crédito e concessão de subvenção social.
- (D) concessão de subvenção social e desapropriação de imóveis urbanos.
- (E) empenho e concessão de subvenção social.

66. Em uma situação hipotética, o quadro de despesa com pessoal para apuração de limites da União ficou da seguinte forma:

(A) Despesas com Pessoal	7.000,00
- Vencimentos	1.000,00
- Vantagens fixas	1.000,00
- Vantagens variáveis	1.000,00
- Subsídios	1.000,00
- Gratificações	1.000,00
- Horas extras	1.000,00
- Encargos sociais	1.000,00
(B) Deduções	3.000,00
- Terceirização de mão de obra com substituição de servidor	1.000,00
- Indenização por demissão de servidores	1.000,00
- Incentivos à demissão voluntária	1.000,00
(A - B) Valor total para fins de apuração de limite	4.000,00

Durante os trabalhos de revisão desse quadro, foi identificada falha e feita a devida correção, tornando o valor total para fins de apuração de limite (A - B) igual a

- (A) R\$ 6.000,00, uma vez que terceirização de mão de obra com substituição de servidor não é dedução, mas despesa que entra no cômputo.
- (B) R\$ 5.000,00, uma vez que terceirização de mão de obra com substituição de servidor não é dedução, mas despesa que entra no cômputo; e vantagens variáveis não entram no cômputo.
- (C) R\$ 3.000,00, uma vez que vantagens variáveis não entram no cômputo.
- (D) R\$ 3.000,00, uma vez que horas extras não entram no cômputo.
- (E) R\$ 4.000,00, uma vez que terceirização de mão de obra com substituição de servidor não é dedução e entra no cômputo; e vantagens variáveis e horas extras não entram no cômputo.

**Gestão de Pessoas**

67. Diversas teorias procuram explicar o fenômeno da motivação no ambiente de trabalho. Os estudos sobre o tema apontam que, aliada a outros fatores como habilidades individuais e suporte organizacional, a motivação é determinante para o desempenho almejado. Dada a importância do tema, vários autores passaram a estudar o fenômeno da motivação, entre os quais destaca-se Clayton Alderfer, que propôs a Teoria ERC, a qual, entre outros aspectos, sustenta que existe(m)
- (A) uma hierarquia clara entre as necessidades humanas, de forma que, enquanto não satisfeita uma necessidade primária não é possível ativar uma necessidade inferior.
 - (B) 3 fatores essenciais para a motivação, consistentes nas seguintes necessidades: existencial; de relacionamento e de crescimento.
 - (C) 3 principais fatores que evocam o processo motivacional: valência (valor da recompensa); instrumentalidade e expectativa.
 - (D) apenas 2 aspectos que são determinantes na geração de motivação: reforço positivo (recompensa) e reforço negativo (punições e desincentivos).
 - (E) 3 diferentes vetores que orientam a motivação: realização pessoal; afiliação (relacionamento) e poder (influência sobre o grupo).
-
68. A atuação do gestor envolve, a todo momento, a tomada de decisões. De acordo com Herbert Simon, a própria organização é concebida como um sistema de decisões. Para o autor, o tipo de decisão que resolve problemas que já foram enfrentados antes e, para cuja resolução, basta aplicar um curso de ação que já faz parte do acervo da organização, corresponde às decisões
- (A) de segundo nível, tomadas pelos escalões operacionais da organização, que se contrapõem às de primeiro nível, estas últimas de natureza estratégica.
 - (B) previsíveis, que não demandam do gestor esforço de atuação, mas apenas um mero diagnóstico, que se contrapõem às decisões de gestão propriamente ditas.
 - (C) programadas, que se contrapõem às não programadas, estas últimas preparadas uma a uma para atacar problemas que as soluções padronizadas não conseguem resolver.
 - (D) sistematizadas, tais como os algoritmos, que não envolvem escolha pelo gestor, que se contrapõem às individualizadas, que demandam uma escolha efetiva.
 - (E) simuladas, baseadas em modelos padronizados, que se contrapõem às decisões reais, que envolvem uma escolha efetiva entre diferentes alternativas fáticas.
-
69. Suponha que determinada organização pautar seu planejamento de RH utilizando o modelo baseado em segmento de cargos. De acordo com tal opção, a referida organização deverá adotar, como condição necessária para o modelo,
- (A) o conceito de que as necessidades de pessoal são variáveis, condicionadas à procura estimada do produto.
 - (B) a elaboração de mapas de substituição e organogramas de encarecimento para organizar a força de trabalho.
 - (C) a realização da análise histórica do fluxo de pessoal, consistente nas entradas e saídas para uma predição de curto e longo prazo.
 - (D) a escolha de um fator estratégico, cujas variações afetam proporcionalmente as necessidades de pessoal.
 - (E) a análise do desempenho individual de cada funcionário, para identificar os que podem ser desligados ou substituídos em situações contingenciais.
-
70. O modelo de aprendizagem organizacional, que tem por foco o comportamento, predicando que o mesmo pode ser observado e modificado, não aborda aquisição de conceitos e solução de problemas, mas sim as relações entre os estímulos e as consequências. Esse modelo é conhecido como
- (A) Interativo.
 - (B) Empírico.
 - (C) Behaviorista.
 - (D) Reativo.
 - (E) Pragmatista.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: 12.7. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva-Redação, a que se refere esse Capítulo, os candidatos deverão usar as normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.8. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.9. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 12.10. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 12.11. Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 12.12. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

A ameaça atual não é a passividade, mas a pseudoatividade, o impulso de “participar”, de mascarar a nulidade do que está ocorrendo. As pessoas intervêm o tempo todo, acadêmicos participam de “debates” sem sentido e assim por diante, enquanto o que é verdadeiramente difícil é dar um passo atrás, excluir-se de tudo isso.

Os que estão no poder com frequência preferem até mesmo uma participação “crítica”, um intercâmbio de qualquer tipo, ao silêncio – apenas a fim de nos envolver num “diálogo” para garantir que nossa perigosa passividade seja rompida.

(Zizek, Slavoj. **Problema no Paraíso**. Trad. Carlos A. Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar, 2015)

Com base no excerto acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30